

CULTURA POLÍTICA NO PARAGUAI: A HERANÇA DO GOVERNO DE FRANCIA E DOS LÓPEZ

Graziano Uchôa*

RESUMO

O artigo ora apresentado visa discutir o conceito de Cultura Política, em especial pensando como este pode ser aplicado em um caso específico: os primeiros anos da República do Paraguai. Os governos de José Gaspar Rodríguez de Francia (1811-1840), Carlos López (1844-1862) e Solano López (1862-1870), deixaram como herança uma forma específica de atuar no campo político. Esses personagens foram à base para a formação dos partidos políticos paraguaios. Após seus governos, o Paraguai não mais conseguiu fortalecer suas instituições democráticas, o que afundou o país em disputas oligárquicas. Independente do grupo de situação, as organizações políticas tomaram como exemplo seus primeiros governantes, que basearam seus governos em tríade: uma figura forte, o poder centralizado e o fortalecimento da estrutura militar.

Palavras-Chaves: Cultura Política, Paraguai, Francia, López.

ABSTRACT

The present article aims at discussing the concept of Political Culture, analyzing in particular about how it can be applied in a particular case: the first years of the Republic of Paraguay.

The governments of Jose Gaspar Rodriguez de Francia (1811-1840), Carlos Lopez (1844-1862) and Solano López (1862-1870), left as a legacy an specific way of acting in the political field. These characters were the basis for the formation of Paraguayan political parties. After their governments, Paraguay did not manage to strengthen its democratic institutions, which plunged the country into oligarchic disputes. Regardless of the group in power, political organizations took as an example their first rulers, who based their governments on a triad: a strong figure, centralized power and the bstrengthening the military structure.

Keywords: Political Culture, Paraguay, Francia, López.

* Doutorando do Programa de Pós Graduação em História de Mato Grosso. Professor da rede particular e da rede pública nas cidades de Cuiabá e Várzea Grande/MT.

Histórico do conceito

A princípio, identificamos ser necessário fazer um breve histórico do conceito de Cultura Política, devido ao seu sentido polissêmico. Quando nos referimos à Cultura Política, queremos apontar que alguns elementos são relevantes para a configuração de um imaginário do político que influencia de maneira significativa no agir dos atores sociais. Dessa forma, em nossa análise, faremos um levantamento de aspectos que podem ser vistos como parte da cultura política paraguaia, tomando como base os governos de José Gaspar Rodríguez de Francia (1811-1840) e de Carlos Antonio López (1844-1862) e a de Francisco Solano López (1862-1870).

Nos anos pós Segunda Guerra Mundial, a historiografia fala de um esgotamento de modelos totalizantes, ou globalizantes. Os modelos de correntes de análise – a exemplo dos advindos do Marxismo e da Escola dos *Annales* – necessitaram tratar com uma nova realidade. Boa parte desse exercício para novas reflexões deve-se ao contexto da chamada Guerra Fria.

É dentro do argumento supracitado que veremos surgir com maior vigor o debate sobre cultura política. Uma obra é considerada basilar para esse feito; *The Civic Culture: political attitudes and democracy in five countries*¹, dos cientistas políticos norte-americanos, Gabriel Almond e Sidney Verba.

Os autores propõem esse conceito a partir da junção das perspectivas de vários ramos das ciências humanas, como a antropologia, filosofia, história, sociologia e psicologia. Segundo Monique Cittadino:

Nesta conceituação inicial, era nitidamente presente a perspectiva da incorporação dos aspectos subjetivos das orientações políticas, tanto da parte das elites quanto da população destas sociedades. Para estes autores, cultura política seria a “expressão do sistema político de uma determinada sociedade nas percepções, sentimentos e avaliações da sua população”. Assim, de uma forma bastante simplificada, estaria

¹ALMOND, G.; VERBA, S. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton University Press, 1963. Tradução do nome da obra: *A cultura cívica: atitudes políticas e da democracia em cinco países* (tradução do autor).

presente no conceito de cultura política a ideia da subjetividade, do posicionamento do sujeito frente a um determinado sistema político (CITTADINO, 2007, p.52).

Inicialmente, a proposta de Almond e Verba possuía um caráter extremamente normativo. Os autores procuraram fazer uma classificação de um número de sociedades e identificaram diferentes culturas políticas; para tal, utilizaram-se do aparecimento de novas metodologias de pesquisas, dando destaque às quantitativas.

Utilizavam um tipo de pesquisa *survey*², que consiste na obtenção de dados ou informações sobre características de determinado grupo de pessoas. Com base nesse perfil de pesquisa, queriam fazer uma transição do individual para o coletivo, elencando as opiniões dos vários sujeitos de uma sociedade em relação à política e, por fim, encontrar similaridades entre estes, entendendo que, assim, seria possível determinar o que essas sociedades concebiam como sendo valores. Karina Kuschnir e Leandro Piquet Carneiro asseveram:

Na formulação original de Almond e Verba, as avaliações subjetivas dos sistemas políticos podem ser divididas segundo três tipos de orientação. A orientação cognitiva diz respeito ao conjunto dos conhecimentos e crenças relativas ao funcionamento do sistema político e ao papel dos indivíduos e dos grupos sociais no interior do sistema no qual estão inseridos. A orientação afetiva determina os sentimentos que o indivíduo nutre com relação ao sistema político e social. Finalmente, a orientação avaliativa - julgamentos e opiniões sobre os objetos políticos - envolve a combinação de informações, sentimentos e conhecimento sobre o funcionamento do sistema político, consubstanciados em valores que orientam as ações individuais (KUSCHNIR; CARNEIRO, 2010, p.230).

Os diversos tipos de culturas políticas para Almond e Verba são derivados de duas dimensões. Uma é a orientação com relação aos objetos políticos, como foi descrita logo acima por Kuschnir e Carneiro (2010). A outra seria o tipo de objeto ao qual se relacionam essas orientações, podendo ser o sistema político como uma totalidade; as estruturas de incorporação das demandas individuais e coletivas; as estruturas executivas e administrativas encarregadas de dar resposta às demandas individuais e coletivas e, por fim, a percepção do sujeito como ator político.

² Método de pesquisa amplamente utilizado em pesquisas de opinião pública, de mercado e, atualmente, em pesquisas sociais que, objetivamente, visam descrever, explicar e/ou explorar características ou variáveis de uma população por meio de uma amostra estatisticamente extraída desse universo. Disponível em: <http://www.gestrado.org/?pg=dicionario-verbetes&id=203> Consulta: 01/02/2014.

Do entrelaçamento das dimensões individuais e coletivas, Almond e Verba (1963) construíram um modelo, identificando três tipos básicos de cultura política, quais sejam; a) cultura paroquial, b) cultura súdita e c) cultura participativa. Henrique Castro e Daniel Capistrano assim descrevem essas categorias:

A primeira seria caracterizada por uma estrutura de valores tradicionais, descentralizada, em que os indivíduos estão reduzidos à esfera particular. A cultura súdita é caracterizada por uma estrutura autoritária, marcada pela centralização, idealizada como um meio termo entre a completa ausência do indivíduo em relação ao sistema político, na cultura paroquial, e o sentimento de completa inclusão na esfera pública, característico da cultura participativa. No estudo publicado, o arranjo mais adequado ao surgimento e à manutenção estável de um regime democrático está na combinação denominada Cultura Cívica, cujos representantes empíricos mais próximos seriam os Estados Unidos e o Reino Unido (CASTRO; CAPISTRANO, 2008, p.77).

Construindo esse tipo de “escala”, entre os vários tipos de cultura política, os autores chegaram à conclusão que existiam características que seriam de suma importância para um estado pautado na democracia. Esses elementos estariam presentes nas nações que permitiam uma maior participação dos sujeitos de uma sociedade no jogo político. Para os autores, os EUA eram um bom exemplo de um país que detinha essa *cultura cívica*.

Esse tipo de pensamento deu origem à chamada “escola desenvolvimentista”, que tinha como centro de seus estudos os “processos de modernização”, destacando-se como discussão nuclear o levantamento de “características democráticas”. Nessa tendência, os estudiosos acreditavam que, através de suas pesquisas, seria possível auxiliar nos processos de transição de modelos políticos ‘atrasados’ para modelos ‘modernos’, tendo como referencial a experiência liberal democrática anglo-saxã.

A principal crítica ao modelo de Almond e Verba (1963) indicava um caráter simplista da ideia de cultura cívica democrática. Apontava-se um viés hierarquizante na investigação de uma mudança social e das formas de adesão a uma cultura política do tipo estadunidense e inglesa como sendo as ideais, uma vez que a hipótese era a de fomentar a influência dos padrões culturais e estruturas institucionais existentes nessas sociedades e a transposição dessas características para outras. Sobre a problemática construída pelas Ciências Políticas e pela Antropologia, Ângela de Castro Gomes afirma que as fundamentais eram as:

Naturalização dos regimes democráticos e a construção de um parâmetro de cidadania e de definição de política no marco institucional liberal-democrático. Além disso, apontou para a utilização maciça de metodologias quantitativas, que conduziam a um deslizamento do indivíduo para o coletivo, segundo a lógica simplista de que o social é um agregado de individuais, o que desconsiderava princípios sociológicos elementares e reduzia a complexidade cultural (GOMES, 2005, p.28).

A relação de dependência entre cultura política e estabilidade democrática apontava para um determinismo culturalista, entendendo a vinculação de valores políticos prévios que seriam a via para a instauração de estados democráticos. Essa teria sido a ideia final do trabalho de Almond e Verba (1963).

Aqui, retomamos a conjuntura em que *The Civic Culture: political attitudes and democracy in five countries* foi concebido. O conceito de cultura cívica, que na concepção da obra pioneira dos autores está entrelaçado com o de cultura política, aparece nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial e também em um contexto em que começam a despontar regimes autoritários. Os Estados Unidos assumiam a posição hegemônica como sendo o modelo de democracia. Com isso, é possível entender como Almond e Verba (1963) foram influenciados pelo ambiente socioeconômico e político em que estavam inseridos: a Guerra Fria. O intento dos autores vai ao encontro do interesse norte-americano em difundir seus ideários no restante do mundo e aumentar sua área de influência.

Podemos perceber, durante toda nossa exposição, que a obra de Almond e Verba (1963) serviram para suscitar vários questionamentos sobre o que se pode chamar de Cultura Política. Entendemos, também, que a proposta não conseguiu ir além dos velhos dualismos, dos antagonismos, colocando algumas sociedades como atrasadas e outras como desenvolvidas. Muito disso explicado pelo lugar social dos autores (de onde escrevem, o lugar de formação acadêmica, a nacionalidade). Todo esse mosaico acabou deixando brecha para a ideia engessada de geradores de valores e receptores destes. Visto dessa forma, esses aspectos empobrecem a esfera de análise da política, criando o que ‘deve ser’, enxergando de maneira linear o processo histórico e construindo modelos que seriam os ideais para as relações político-sociais e culturais.

Em uma reformulação por parte dos historiadores de Cultura Política, eles afastam-se dessa proposição inicial, sendo possível expandir o conceito, dando-lhe novos significados.

Desse modo:

A categoria cultura política foi definida como “um sistema de representações, complexo e heterogêneo”, mas capaz de permitir a compreensão dos sentidos que um determinado grupo (cujo tamanho pode variar) atribui a uma dada realidade social, em determinado momento do tempo. Um conceito capaz de possibilitar aproximação com uma certa visão de mundo, orientando as condutas dos atores sociais em um tempo mais longo, e redimensionando o acontecimento político para além da curta duração (GOMES, 2005, p.31).

Com isso, é possível estender o escopo de Cultura Política, principalmente levando em consideração a existência de várias culturas políticas. Entende-se que há competição entre elas em alguns momentos, mas também existe um jogo de influência entre elas, contrapondo-se, complementando-se em certas conjunturas, podendo em alguns momentos umas influenciarem mais que outras; contudo, uma não se sobrepõe inteiramente, deixando espaços de articulação, de negociação.

Essa releitura do conceito deve-se ao que a historiografia chama de Nova História Política, que assim é descrita por Sandra Jatahy Pesavento:

Abandonando formas ainda herdadas de uma tradição positivista, linear, seqüencial e causal de análise do político, ou ainda de um viés marxista, a ver a política como manifestação superestrutural de uma infraestrutura socioeconômica, ou ainda mesmo a uma vertente da ciência política, a estudar os comportamentos políticos dos grupos, os partidos e as eleições, o renascimento da história política, a aproximação com a história cultural rendeu bons frutos (PESAVENTO, 2005, p.76).

Nessa nova perspectiva, torna-se de suma importância analisar como os personagens se representam em determinada conjuntura e como esses intérpretes inseridos no cenário do político passam do campo das ideias, suas representações, às práticas políticas que, dentro de algo que possamos chamar de ‘realidade’, se configuram de maneira muito mais complexa.

Ainda pensando nas representações que os vários grupos que compõem a sociedade fazem de si, não queremos encontrar a gênese destas, muito menos transpô-las de maneira mecânica para analisar nosso objeto. Entendemos que:

A constituição de uma cultura política demanda tempo, sendo um conceito que integra o universo de fenômenos políticos de média e longa duração. Uma postulação que não exclui a existência de movimentos e de transformações no interior de uma cultura política, mas que adverte para o fato de eles não serem nem rápidos, nem contingentes, nem arbitrários, havendo postos mais resistentes e outros mais permeáveis (GOMES, 2005, p. 31).

Segundo a historiadora Ceres de Moraes, em seu trabalho intitulado *Paraguai: a consolidação da ditadura de Stroessner 1954-1963*, muitos estudos destacam uma cultura autoritária e clientelista no Paraguai. Para isso, procuram raízes no processo colonial paraguaio e o papel desempenhado pelos jesuítas; outros embasam-se na tese do clientelismo, sendo que neste caso a relação dos cidadãos se manteve por uma troca de favores com a elite (MORAES, 2008, p.08).

Consideramos que os acontecimentos são datados, únicos. Em nosso trabalho, julgamos ser importante caracterizar a situação do país em um período mais longo, a partir das primeiras ditaduras de Francia e dos López. Procuramos não a gênese das ideias políticas paraguaias, mas como alguns episódios colaboraram para a construção de uma percepção política no Paraguai. Uma cultura política que foi formada dentro de um cenário de instabilidade política e que proporcionou terreno fértil a vários regimes ditatoriais.

Culturas políticas exercem papel fundamental na legitimação de regimes, sendo seus usos extremamente eficientes. Em todos os casos, as culturas políticas articulam, de maneira mais ou menos tensa, ideias, valores, crenças, símbolos, ritos, mitos, ideologias, vocabulário (GOMES, 2005, p. 32).

Com essa reflexão sobre o conceito e pensando como podemos utilizá-lo em nossa apreciação dentro de uma perspectiva histórica, procuramos apontar alguns traços do fazer político no Paraguai. A partir disso, é possível perceber que a sociedade paraguaia esteve imersa em um processo bastante conflitivo e instável da sua organização, o que proporcionou uma militarização do governo e gerou uma ideia de governabilidade com bases ditatoriais.

Essa situação mostrou que durante longos períodos as ações dos que detiveram o poder estiveram aportadas em uma tríade, utilizada para a manutenção dessa forma de

governar, composta por: Forças Armadas, Partido único e um só Governante à frente destes outros setores. Não queremos dizer que isso seja uma “fórmula matemática” que possa explicar a situação do Paraguai, mas que o imaginário muda de maneira vagarosa e que isso influenciou de maneira significativa o imaginário político paraguaio.

Cultura política: Paraguai em perspectiva

O Paraguai é um país mediterrâneo sem saída para o mar, localizado no centro do coração da América do Sul, o que constituiu um grande problema para sua história como estado independente. Ao contrário dos seus vizinhos maiores, Argentina e Brasil, isso limitava sua inserção no cenário geopolítico no Cone Sul.

Por muito tempo, o Paraguai foi administrado por um governador indicado pela Coroa Espanhola, tendo de dirigir-se diretamente ao vice-rei do Peru. A situação muda depois que a província começa a responder ao novo Vice Reinado de La Plata (1776), com sede em Buenos Aires. “Historicamente o acesso ao oceano dava-se por meio fluvial via navegação nos rios do Prata, implicando, assim, que todas as embarcações que rumassem para o Paraguai fossem ‘autorizadas’ por Buenos Aires” (SILVA, 2006, p. 24).

Isso proporcionou uma relação de atrelamento no comércio marítimo, descontentando uma parcela da oligarquia paraguaia, deixando-a dependente dos portos Argentinos. Com esse acontecimento, repartiam-se as influências entre os grupos dentro do Paraguai, o que obrigou parte da elite a se revoltar, culminando na independência do país.

Quando o Paraguai se declarou independente da Espanha, em 1811, poucos dos seus habitantes tinham realmente alguma experiência em governar. Parte do problema dessa pequena república decorreu da própria estrutura extremamente centralizada e suspeitosa do império hispânico. De tal modo que os membros da elite nativa, *criollos*, espanhóis nascidos na América, eram excluídos das posições importantes no governo colonial. Cargos de confiança eram preenchidos por oficiais enviados da metrópole, tais como vice-reis, governadores, juízes e coletores de impostos, que freqüentemente eram transferidos para outras partes do império, impedindo que criassem laços mais estreitos com as províncias (SILVA, 2007, p. 24).

Da sua independência em 14 de maio de 1811 até o término da Guerra da Tríplice Aliança³ em 1870, o país teve à frente de seu governo três homens e três grandes ditaduras: a de José Gaspar Rodríguez de Francia (1811-1840), a de Carlos Antonio López (1844-1862) e a de Francisco Solano López (1862-1870). Fatos que nos mostram uma particularidade da nação paraguaia, qual seja: a de governos longos e o poder centralizado.

O período Francista

Após a independência, a administração do país é assumida provisoriamente por um triunvirato que governou por um curto período (1811-1813). Este último foi composto por Juan Caballero e Fulgencio Yegros, militares do incipiente Exército paraguaio, e ainda Fernando de La Mora e Francisco Bogarim, homens letrados da época; no entanto, destaca-se a figura de um advogado oriundo de Assunção, José Gaspar Rodrigues de Francia, o famoso Dr. Francia.

No ano de 1813, Francia é eleito pela maioria dos que podiam votar. Desse pleito, foram excluídos os “inimigos da liberdade”, que se dividiam entre espanhólistas (espanhóis residentes no Paraguai) e os porteñistas (parte da elite local favorável a política de Buenos Aires). Essa oposição ligada aos interesses da Coroa espanhola criava uma resistência aos interesses da direção instaurada no Paraguai nesse momento.

No Congresso de 1816, Francia tornou-se o ditador vitalício e conseguiu o título de “El Supremo”, acarretando, segundo Paul Lewis, “o início de uma longa e dura tirania e também um fatídico início para o desenvolvimento político paraguaio” (LEWIS apud Silva, 2007 p. 24). Francia intensificou a perseguição aos monarquistas logo após chegar ao poder, caçando direitos, confiscando bens, expulsando os que iam contra os interesses do novo governo paraguaio.

Com isso, anulava também forças de antigos aliados que poderiam oferecer algum risco a sua hegemonia; entre eles, Pedro Juan Caballero e Fulgencio Yegros, importantes nomes no processo de independência. Os planos caminhavam para que não existisse qualquer oposição.

³ Os Paraguaiois chamam de Guerra Grande ou Guerra Guaçu

A igreja teve as ordens expulsas do Paraguai e o estado apropriou-se dos seus bens. “Essa medida foi uma reação do Ditador Perpétuo à ordem do papa Leão XII, em 1824, de que arcebispos e bispos na América apoiassem os esforços de Fernando VII, rei da Espanha, para restabelecer sua autoridade sobre as antigas colônias” (DORATIOTO, 2002, p. 25).

Para garantir a eficiência de suas ações, Francia criou ferramentas para estabelecer as linhas de defesa de seu governo. Para isso:

Impôs rígidos parâmetros comportamentais à sociedade, numa espécie de estado-caserna, no qual tudo era direcionado à manutenção de um exército forte. Homens entre 17 e 60 anos eram recrutados ao serviço militar, índios ou *criollos*, chegando o exército a contar com 5.500 homens nas tropas regulares e mais de 25.000 reservistas, numa população estimada de 375.000 almas (SILVA, 2007, p.26).

Identificamos aqui medidas que fortaleceram uma das instituições que foram protagonistas na vida política paraguaia, o Exército. Entretanto, com uma especificidade, tendo à frente um homem que não necessariamente precisava ser um militar, como mostra o caso de Francia, mas que governava com a ideia vertical - que existe uma hierarquia inquestionável - contida nesse setor (militar).

Para manter o *status quo* de seu governo, Francia manteve muito pouco contato com os países vizinhos. E conservava sob controle do Estado o pequeno comércio paraguaio, que mantinha uma tímida relação com a região de Corrientes na Argentina e pela Vila de Itapúa e com o Brasil. Isso, temporariamente, colocou o Paraguai longe das contendas da região.

Segundo Doratioto, o afastamento do Paraguai em relação às disputas platinas:

Implicou o estabelecimento de um tipo de economia no qual o Estado se tornou regulador de todas as atividades e detentor do monopólio do comércio de erva-mate, da madeira e do tabaco, os produtos mais significativos da economia nacional. Ao confiscar terras da elite tradicional, o poder econômico do Estado paraguaio fortaleceu-se (DORATIOTO, 2002. p. 25).

Dessas terras, Francia organizou as Estâncias da Pátria, que poderiam ser arrendadas aos camponeses ou exploradas pelo próprio Estado. Preferiu arrendá-las, para manter um maior controle sobre os camponeses. Nas palavras de Guido Rodriguez Alcalá:

Ele (Francia) preferiu arrendar as terras fiscais para assegurar uma renda, em vez de ter os arrendatários submissos. Outra parte das terras fiscais foi destinada às “fazendas da pátria”, operadas, na sua maioria, com mão-de-obra escrava. Com o monopólio da propriedade da terra, com o produzido pelas “fazendas da pátria”, com o controle do comércio exterior e o estabelecimento dos “armazéns do Estado”, Francia conseguiu cobrir os gastos da administração e do Exército e, ao mesmo tempo, governar sem a participação, nem o apoio popular (ALCALÁ, 2005, p. 46).

Ainda no período, o Paraguai sofria com a possibilidade de uma invasão por parte da Confederação Argentina, originária de antigas disputas entre os países. Teve como desdobramento a tentativa de irrupção ocorrida em 1830 sob o comando de Juan Manuel Rosas, com o intuito de se impor sobre as antigas províncias do vice-reino do Prata. O êxito em conter essa incursão contribuiu com o discurso de proteção à pátria e fortaleceu ainda mais o governo de Francia.

Nesse sentido, foi possível estabelecer um sistema militarizado e centralizado. O problema era que “não dispunha de um sistema burocrático racionalmente organizado e, nesse sentido, era inferior ao da colônia, que contava com corpo de funcionários eficientes” (Alcalá, 2005).

Era preciso fomentar as relações comerciais para que o Paraguai pudesse novamente oxigenar sua economia, o que só se daria com uma maior abertura ocorrida logo após a morte de Francia em 1840. Da herança deixada pelo *Supremo*, identificamos o aparecimento de um corpo militar mais organizado como sendo, para nós, a mais importante.

O Paraguai dos López

Com o fim da era Francista, duas juntas militares ostentaram seguidamente o poder, mostrando que “até certo ponto, o exército era a única força organizada do país” (ARCE, 1977, p.330). Depois disso, um triunvirato e, logo em seguida, uma assembleia composta por pessoas da elite paraguaia, que nomeou dois cônsules; Mariano Roque Alonso, militar, e o advogado Carlos Antonio López.

Em 1844, Carlos López é eleito presidente do Paraguai; com ele, o país estende sua abertura comercial com os países vizinhos e com a Europa. Dois anos antes, em 1842, o Império do Brasil reconheceu a independência do Paraguai. Essa nova conjuntura demandava

uma modernização da economia. Essa necessidade encontrava obstáculos no governo de Juan Manoel de Rosas, governante de Buenos Aires, que dificultava o escoamento da produção paraguaia com medidas que limitavam a navegação pelo estuário do Prata. Além disso, existia uma disputa pelo Uruguai que foi área de litígio entre Brasil e Argentina por muito tempo, e isso tornava Rosas um governante muito mais cauteloso nas relações estabelecidas com seus vizinhos.

Era interessante para o Brasil neutralizar as forças de Rosas e a influência que tinha no Uruguai, governado nessa época por Manuel Oribe, alinhado com o governo argentino; assim, eram desfavoráveis as pretensões brasileiras em relação à navegação pelo Prata. Para contornar essa situação, o Brasil deu apoio aos opositores de Rosas, culminando em sua derrubada em 1852. As diversas contendas internas no Uruguai e na Argentina (relativa à adesão de Buenos Aires à Confederação) permitiram que o Brasil expandisse sua área de influência na região.

O Paraguai, dentro desse contexto, tinha como preocupação maior as diversas discussões sobre os limites e sobre a navegação no Prata. Em 1862, morre Carlos Antonio Lopez. Doratioto descreve assim o último anseio de Carlos ao seu sucessor, seu filho Francisco Solano López:

Momento antes de expirar alertou Solano López ‘ tem muitas questões pendentes, mas não busque resolvê-las pela espada, mas sim pela caneta, principalmente com o Brasil’. Carlos agiu para obter um lugar para o Paraguai no plano internacional, mas tinha consciência da debilidade do seu país, daí o pragmatismo de sua política externa, pautada nos limites possíveis. O falecido presidente não era um aventureiro, nem um teimoso, e ‘como bom administrador tradicional, conhecia os limites do seu poder. Bem diferente seria a atuação de seu filho mais velho, ao ocupar a presidência paraguaia (DORATIOTO, 2002.p.41).

No governo de Francisco Solano López, legatário da família López e General das Forças Armadas paraguaias, tem início a Guerra da Tríplice Aliança, conflito envolvendo Brasil, Argentina, Uruguai contra o Paraguai.

Osmar Díaz de Arce coloca que o “Paraguay mantenía una economía propia, un estado nacional independiente marco e instrumento a su vez de la nacionalidad que surgia bajo la

acción enérgica del Doctor Francia (ARCE, 1977, p. 330)⁴. Oscar Creydt, concordando com essa ideia, assim descreve a situação do Paraguai nesse período:

En el Paraguay se estaba operando un rápido proceso de desenvolvimiento nacional independiente, sobre las bases echadas por la dictadura revolucionaria de Francia. Por esta vía económica nacional llegó a adquirir un nivel de productividad que planteaba, con mayor intensidad que antes, la necesidad y la tarea de abrir nuevos mercados externos, de vincular al país directamente a Europa. Los progresos de la navegación a vapor suministraban nuevas posibilidades técnicas para tal vinculación. Un importante centro comercial y portuario había surgido en Montevideo. Se abrió la perspectiva de utilizar este como una base para las comunicaciones de ultramar, con independencia de Buenos Aires (CREYDT, 2007, p. 101).⁵

Essa ideia, de que o Paraguai antes da guerra era um país que caminhava para o progresso com grandes chances de se modernizar e que tentava fugir da influência capitalista, criou a tese de que Brasil e Argentina, manipulados pela Inglaterra, queriam acabar com o desenvolvimento do autônomo Paraguai.

Esses argumentos se popularizaram com os trabalhos de autores como o historiador argentino León Pomer e, no Brasil, Júlio José Chiavenato (os dois escreveram na década de 1960). Ambos tentaram se contrapor à imagem construída por uma historiografia tradicional que colocava Solano Lopez como um chefe sanguinário e péssimo estrategista, e que, com suas decisões, ocasionou a morte de milhares de cidadãos paraguaios em uma guerra que foi causada pelos interesses de um só homem.

Segundo Francisco Doratioto:

Na verdade, tanto a historiografia conservadora como o revisionismo simplificaram as causas e o desenrolar da Guerra do Paraguai, ao ignorar documentos e anestesiarem o

⁴ O Paraguai mantinha uma própria economia, uma estrutura de Estado nacional independente marco e instrumento por sua vez da nacionalidade que surgia sob a ação enérgica do Doutor Francia (ARCE, 1977, p. 330). (tradução do autor)

⁵ No Paraguai estava ocorrendo um rápido processo de desenvolvimento nacional independente, com base lançada pela ditadura revolucionária da Francia. Por esta via, a economia nacional adquiriu um nível superior de produtividade. A intensidade do plantio era maior que antes, o que gerou a necessidade e a tarefa de abertura de novos mercados externos, que ligasse o país diretamente a Europa. Os progressos da navegação a vapor fornecido pelas novas possibilidades técnicas tornava isso possível. Um centro comercial importante e portuário havia surgido em Montevideú. Abriu-se a perspectiva de usar isto como uma base para a comunicação no exterior, independentemente de Buenos Aires (Creydt, 2007, p. 101) (tradução do autor).

senso crítico. Ambos substituíram a metodologia do trabalho histórico pelo emocionalismo fácil e pela denúncia indignada (DORATIOTO, 2002, p.20).

A forma de representar o Paraguai dentro desse conflito ocorrido no século XIX insere-se na situação política vivida na América do Sul, no período em que os chamados revisionistas escreveram. Durante o período das ditaduras militares do Cone Sul, alguns personagens, inclusive Solano Lopez, ganharam um status de herói. No Paraguai, a figura de Solano foi enaltecida pelo governo de Alfredo Stroessner (1954-1989), que reforçou a ideia revisionista.

Os interesses do Paraguai também existiam. Havia a necessidade de escoar seus produtos e participar do jogo comercial e político do Prata. Embasamo-nos em Luiz Alberto Moniz Bandeira:

Os interesses comerciais, sediados no porto de Montevidéu, e as dificuldades econômicas no Paraguai [...] que precisava de saída para o mar e obter recursos a fim de manter seu desenvolvimento, convergiram no sentido de formar um só estado, ao qual as províncias argentinas de Entre Rios e Corrientes também se juntariam. Esse projeto, porém, não só se contrapôs aos esforços da burguesia mercantil de Buenos Aires, lutando ainda para unificar e integrar o território da Confederação Argentina, como colidiu com as políticas do Império do Brasil na bacia do Prata. E abortou. O Brasil interveio *manu militari* no Uruguai, onde apoiou a instalação de um governo favorável aos seus desígnios. O Paraguai, em represália, invadiu-lhe o território, na província de Mato Grosso, bem como o da Argentina, a fim de avançar sobre o Rio Grande do Sul (BANDEIRA, 2002, p.46).

Percebemos que muitas foram as causas da Guerra da Tríplice Aliança: os descentendimentos sobre questões fronteiriças entre os países envolvidos, a liberdade de navegação dos rios platinos, o interesse de expandir áreas de influência (em especial Brasil e Argentina), o anseio paraguaio em escoar sua produção. Essa gama de interesses culminou em um conflito que marcou a história e deixou um saldo negativo para o Paraguai. Sobre o desfecho da guerra, uma das melhores sínteses é feita por Túlio Halperín Donghi:

O Paraguai tornou-se um país desmembrado e devastado; as conseqüências de sua derrota foram limitadas pelas divisões que surgiram entre os vencedores. A Argentina protegia no Paraguai os que haviam regressado do exílio; o Brasil, na condição de obter os territórios contestados, deu seu aval a um governo dominado pelos generais de Lopez, incitando-o a resistir às reivindicações territoriais argentinas. Afirmou-se assim o predomínio brasileiro, enquanto os novos

governantes organizavam a liquidação das terras públicas; a reconstrução do Paraguai, muito lenta, tem lugar sob a égide da grande propriedade; o país continuará mantendo seus traços econômicos, sobretudo com a Argentina, que absorve a maior parte de suas exportações e de cujo sistema de navegação fluvial depende para a comunicação ultramar (DONGHI, 1975, p. 146).

Vemos aqui um Paraguai com dificuldades em influenciar politicamente nas decisões tomadas por seus vizinhos maiores; Brasil e Argentina.

Falamos dos interesses dos países vizinhos, mas é importante destacar que existiu o interesse do capital estrangeiro nas relações econômicas dos países sul-americanos (a exemplo da Inglaterra e, posteriormente, dos Estados Unidos).

Citando novamente Omar Diaz de Arce com relação ao capital estrangeiro:

[...] El país se abrió al capital extranjero, sobre todo inglés, primero por la vía de empréstitos, después outorgándole concesiones territoriales e ferrocarrileras. Destruída gran parte de la producción agrícola y renacido el latifundio en gran escala, sobre todo a partir de 1885, cuando el régimen conservador legalizó las ventas masivas de los bienes nacionales para cubrir las deudas del fisco, el sector fundamental de la economía paraguaya pasó a ser el de las estancias y plantaciones orientadas a la exportación. A ello se agregó a finales de siglo la extracción del tanino de quebracho y el aprovechamiento de los bosques de maderas duras por empresas extranjeras. Hasta la yerba mate, el cultivo tradicional, quedó bajo el control de firmas inglesas, brasileñas y argentinas (ARCE, 1977, p. 332).⁶

Com o avanço das relações capitalistas, faz-se mister o interesse das potências estrangeiras em adotar uma dinâmica de auxílio para seus aliados e, assim, garantir seus interesses no restante do mundo. O caso da Guerra da Tríplice Aliança mostra como o desenvolvimento internacional do capital mudou profundamente a dinâmica nas relações político-econômicas e culturais da região platina.

⁶O país abriu ao capital estrangeiro, especialmente inglês. Primeiro, por meio de empréstimos, dentro de quatro meses, outorgando-lhe concessões territoriais e da estrada de ferro. Destruiu grande parte da produção agrícola e assim renasceu o latifúndio em grande escala. Especialmente depois de 1885, quando o regime conservador legalizou a venda maciça de bens nacionais para cobrir as dívidas do Tesouro. O setor-chave fundamental da economia paraguaia passou a ser as estâncias e plantações voltadas para a exportação. A isto se soma, no final do século, a extração de tanino de quebracho e aproveitamento de florestas de madeira por empresas estrangeiras. Até a erva mate, de cultivo tradicional, passou a ser controlada por empresas estrangeiras, brasileiras e argentinas (ARCE, 1977, p. 332).

Antes mesmo da morte de Solano López em Cerro Corá em 1870, Brasil e Argentina já se articulavam para garantir um governo paraguaio mais favorável aos seus interesses. A historiadora Ceres Moraes escreve sobre a data de 22 de junho de 1869:

Com a presença do diplomata Paranhos, representante do Império do Brasil, e do Dr. José Roque Pérez, representante do governo argentino, reuniu-se em Assunção uma assembléia que elegeu um triunvirato para governar o país. Esse triunvirato era formado por Cirilo Antônio Rivarola, José Díaz de Bedoya e Carlos Loizaga. Um ano depois, em 13 de agosto de 1870, Rivarola e Loizaga renunciaram, sendo então, no mesmo dia eleito Facundo Machain, presidente provisório. No dia 14 de agosto, apenas um dia depois da escolha de Machain, Rivarola e Cândido Barreiro apoiados pelas tropas brasileiras, deram um golpe e Rivarola assumiu a presidência (MORAES, 2000, p. 15).

A instabilidade política da sociedade paraguaia abre espaço para a intervenção do Brasil e da Argentina:

Entre 1870 e 1876 una fuerza de ocupación brasileña en Paraguay, representaba el orden traído por los aliados. Como la contienda se llevó a cabo bajo las banderas del liberalismo mitrista y la mayoría de los repatriados estaban refugiados en Argentina, los primeros gobiernos fueron presididos por “legionarios” liberales, aunque la vicepresidencia se reservaba a alguno de los antiguos colaboradores de Solano López que había preferido colocarse bajo la protección brasileña (ARCE, 1977, p. 333).⁷

Há que se levar em consideração que a Argentina detinha um número significativo de exilados paraguaios nesse período, na sua maioria, antigos opositores de Solano López. Para a Argentina, era interessante que esses exilados voltassem ao Paraguai, assim teriam aliados importantes nesse momento. Em contrapartida, o Brasil instigava outra parcela que disputava o poder a se contrapor às ideias argentinas. Para isso, conservou antigos aliados de Solano, a fim de poder influenciar no processo de reestruturação do estado paraguaio.

⁷ Entre 1870 e 1876, uma força de ocupação brasileira no Paraguai representava a ordem trazida pelos aliados. Como a contenda foi realizada sob as bandeiras do liberalismo mitrista e as maiorias dos repatriados estavam refugiados na Argentina, os primeiros governos foram presididos por ‘legionários’ liberais, ainda que a vice presidência se reservasse a alguns dos antigos colaboradores de Solano López, que havia preferido colocar-se sob a proteção brasileira (ARCE, 1977, p.333) (tradução do autor).

Findado o período de Francia e dos López, o Paraguai encontrava-se totalmente em migalhas. As oligarquias locais agora procuravam sobreviver e estabelecer um novo cenário político. Para tanto, era essencial que tivessem o apoio de países vizinhos mais fortes; no caso: Brasil e Argentina.

Como herança de Francia e dos López, chamamos a atenção para o fortalecimento dos militares. Isso com constitutivas do que Alain Rouquié designou como um *militarismo sem militares*. Nesse modelo, os chefes não conhecem a existência de um exército regular, com uma formação militar específica; e, ainda, como singularidade, observa-se a participação de civis à sua frente, que adquirem alguma experiência militar nas rebeliões que eles mesmos promovem (o caso de Francia e Carlos López) ou como participe de um incipiente exército que tenta estabelecer o embrião de um militarismo (como Francisco Solano López) (ROUQUIÉ, 1984, p. 76-77).

A intervenção dos militares paraguaios começa a ser fator corriqueiro no panorama político, o que é um fator dissonante ao seu papel. Segundo Jacques Lambert, diferente do mundo europeu, em que o exército tem a função de defesa nacional contra o estrangeiro, na América Latina:

As funções que os exércitos são o mais das vezes chamados a executar não são funções de defesa nacional contra o estrangeiro. Apesar de ter conhecido no século XIX verdadeiras guerras internacionais, - em 1847, a dos Estados Unidos contra o México; de 1864 a 1870, a Tríplice Aliança entre o Brasil, República Argentina e Uruguai contra Solano López, o ditador do Paraguai, e de 1869 a 1883, a do Pacífico entre o Chile, Peru e Bolívia -, a América Latina viveu, a este respeito, muito menos perigosamente que a Europa. A partir dos anos 1880, não houve, na América Latina, senão uma única e verdadeira guerra, a que de 1932 a 1935 opôs a Bolívia e o Paraguai (LAMBERT, 1979, p. 74).

A citação acima é valiosa, pois, apesar de entendermos que o exército tinha muito mais um caráter de polícia militar que resguardava a segurança do chefe de estado, o Paraguai teve experiências de guerras contra seus vizinhos, contra o estrangeiro. Uma identidade nacional Paraguaia começa a ser construída, em especial, a partir desse momento histórico da Guerra da Tríplice Aliança e, no século XX, com a Guerra do Chaco. Um nacionalismo em que as figuras de Francia e dos López aparecem como sendo as de grandes heróis. Uma

construção que aponta esses personagens como os defensores da pátria se cristaliza no imaginário paraguaio.

Consideração finais

Olhando para trás, no corredor do tempo, podemos identificar que além dos elementos externos, como, por exemplo, o interesse do Brasil e da Argentina em expandir suas influências políticas sobre seus vizinhos menores, o Paraguai esteve no centro desse jogo pendular. Para se articular dentro dessa conjuntura, o Paraguai baseou-se em uma cultura política instaurada em um processo histórico que, desde a reorganização do Estado paraguaio pós Guerra da Tríplice Aliança, fez com que o Paraguai tivesse à frente de sua administração governantes com vocação para ditadores.

As primeiras ditaduras constituíram no Paraguai um modo específico de fazer política que o difere do restante dos outros países do Cone Sul. Suas condutas defensivas e ofensivas em relação aos seus vizinhos Brasil e Argentina – que começaram com José Gaspar Rodrigues de Francia, *o Supremo*, que, posteriormente, deixou de herança ao governo de Carlos Antonio Lopez e que teve seu desfecho no governo de Francisco Solano Lopez – deixaram também como legado uma cultura política que tinha como base um Estado militarizado e que tinha à frente desse setor um homem forte, um ditador.

No processo de reorganização política paraguaia, que se deu logo após o término da Guerra da Tríplice Aliança, a sociedade paraguaia se viu imersa em conflitos, causados pelos interesses de grupos que detinham o poder local. Com isso, era possível que outros candidatos a ditadores surgissem nesse contexto.

O palco político desse país se desenhou de forma caótica, fruto de um cenário de instabilidades, e que, por muitas vezes, deixou margem para a ascensão de ditaduras. A condição para o estabelecimento dessa cultura remonta ao processo de reorganização política paraguaia após a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), deste conflito sobrou a essa nação uma herança bastante amarga. O país não conseguiu, depois desse período, dar um caráter democrático a suas instituições representativas, o que permitiu o estabelecimento de regimes longos baseados na força. Um ciclo constante de golpes, sublevações em um circuito de constante desordem política.

Referências

ALCALÁ, Guido Rodriguez. *Ideologia Autoritária*. Brasília: Funag/IPRI. Coleção Países da América do Sul, 2005.

ALMOND, G.; VERBA, S. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton University Press, 1963.

ARCE, Omar Diaz de. *El Paraguay contemporâneo (1925-1975)*. In: *América Latina: história de médio siglo*. Volume I, México: siglo veintiuno editores, 1977.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Brasil, Argentina e Estados Unidos – Conflito e integração na América do Sul (Da tríplice Aliança ao MERCOSUL 1870 – 2003)* – Rio de Janeiro: Revan: 2ª edição, setembro de 2003.

CASTRO, Henrique Carlos Oliveira de e CAPISTRANO, Daniel. In: *Cultura política pós consenso de Washington: o conceito de cultura cívica e a mudança política na América Latina*. In: REVISTA DEBATES, Porto Alegre, v. 2, n.1, p. 75-97, jan.-jun.2008. Disponível: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/viewFile/3139/2883> (Acesso em 25 de janeiro de 2010).

CITTADINO, Monique. Poder local, memória e cultura política: Possibilidades de análise a partir da figura do Governador João Agripino (Paraíba -1966-1971. In: *SAECULUM-Revista de História [16]; João Pessoa, jan/jun.2007* Disponível: http://www.cchla.ufpb.br/saeculum/saeculum16_dos04_cittadino.pdf. (Acesso em 12 de Junho de 2010).

CREYDT, Oscar. *Formación histórica de la Nación Paraguaya*. Asunción, Paraguay: Servilibro, 2007.

DONGHI, Túlio Halperín. *História da América Latina*; tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das letras, 2002.

GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*/organizadoras Rachel Soihet, Maria Fernanda B. Bicalho e Maria de Fátima S. Gouvêa. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

KUSCHNIR, Karina e CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: Cultura Política e Antropologia da política. In: *Estudos Históricos.1999-24* Disponível : <http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/2100/1239> (Acesso em 14 de maio de 2010).

LAMBERT, Jacques. *América Latina: Estruturas sociais e instituições políticas*. São Paulo: Ed. Nacional: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1979.

MORAES, Ceres. *Paraguai: A consolidação da ditadura de Stroessner-1954-63*. -Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000. (coleção história 34).

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ROUQUIÉ, Alain. *O Estado militar na América Latina*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1984.

SILVA, Henrique Manoel da. In: *Fronteiras; as condicionantes históricas da ocupação e colonização do oriente paraguaio. A região de Katueté, no departamento de Canindeyú - 1970-2000*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

SILVA, Ronaldo Alexandre do Amaral. *Brasil- Paraguai: Marcos da política pragmática na reaproximação bilateral, 1954-1973. Um estudo de caso sobre o papel de Stroessner e a importância de Itaipu*. Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Relações Internacionais da Universidade Federal de Brasília. Brasília, 2006.

Recebido em 10 de Março 2014/

Aprovado em 27 de Junho 2014.